

Curso preparatório - Concurso para

Advogado da União - 2015

Resolução de Questões de Direito Processual Civil

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 108

Ajuizada ação contra a fazenda pública com vistas a forçá-la ao cumprimento de obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamento, há possibilidade de concessão de antecipação dos efeitos da tutela ao autor bem como de imposição de multa diária para o caso de descumprimento da decisão.

CPC-1973:

Art. 461. *Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.*

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

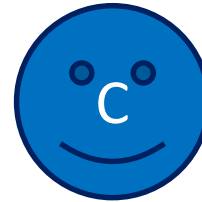
§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 108

Ajuizada ação contra a fazenda pública com vistas a forçá-la ao cumprimento de obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamento, há possibilidade de concessão de antecipação dos efeitos da tutela ao autor bem como de imposição de multa diária para o caso de descumprimento da decisão.



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 108

Ajuizada ação contra a fazenda pública com vistas a forçá-la ao cumprimento de obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamento, há possibilidade de concessão de antecipação dos efeitos da tutela ao autor bem como de imposição de multa diária para o caso de descumprimento da decisão.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 109

Considere que Pedro, após adquirir um imóvel que esteja na posse de André, ajuíze ação de imissão de posse. Nessa situação, não cabe pedido de tutela antecipada, haja vista o procedimento específico da ação.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 109

Considere que Pedro, após adquirir um imóvel que esteja na posse de André, ajuíze ação de imissão de posse. Nessa situação, não cabe pedido de tutela antecipada, haja vista o procedimento específico da ação.



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2010

ITEM 126

No caso de uma pretensão dirigida à anulação de obrigação firmada no exterior, mas cujo cumprimento esteja previsto para ocorrer no Brasil, há, conforme o CPC, competência concorrente da autoridade judiciária brasileira e da autoridade judiciária estrangeira, sendo somente a homologação de sentença estrangeira obstáculo ao processamento da causa pela autoridade local.

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL LINDB

Art. 12. *É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.*

§ 1º *Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.*

§ 2º *A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o exequatur e segundo a forma estabelecida pela lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.*

CONCORRENTE
OU CUMULATIVA

EXCLUSIVA

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL **CONCORRENTE OU CUMULATIVA**

CPC-1973:

Art. 88. *É competente a autoridade judiciária brasileira quando:*

I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;

III - a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.

Parágrafo único. *Para o fim do disposto no nº I, reputa-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que aqui tiver agência, filial ou sucursal.*

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL
CONCORRENTE OU CUMULATIVA

LINDB, art. 12, caput
CPC, art. 88.



*Eficácia da sentença
estrangeira no território
brasileiro, desde que
homologada pelo STJ.*

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL *EXCLUSIVA*

CPC-1973:

Art. 89. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;

II - proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL

EXCLUSIVA

LINDB, art. 12, § 1º.

CPC, art. 89.



-Ineficácia da sentença estrangeira no território brasileiro.

- Impossibilidade de homologação pelo STJ.

-Tendência a relativização da exclusividade (STJ – SEC 5528 , j. em 25/04/2013; SEC 4913, DJe 22/05/2012)

STJ – SEC 5528 (Sentença estrangeira contestada). j. em 25/04/2013.

*"...Aplica-se a regra contida no art. 89 do Código de Processo Civil, referente à competência **exclusiva** da autoridade brasileira para conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil, **quando não houve composição entre as partes ou quando, havendo acordo, restar dúvida quanto à sua consonância com a legislação pátria**" (SEC 4913/EX, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe 22/05/2012)""*

COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E LITISPENDÊNCIA:

- Impossibilidade de ocorrência.

CPC-1973:

Art. 90. A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

- Questão somente possível de ser suscitada nos casos de competência concorrente ou cumulativa.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2010

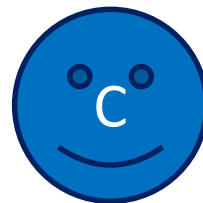
ITEM 126

No caso de uma pretensão dirigida à anulação de obrigação firmada no exterior, mas cujo cumprimento esteja previsto para ocorrer no Brasil, há, conforme o CPC, competência concorrente da autoridade judiciária brasileira e da autoridade judiciária estrangeira, sendo somente a homologação de sentença estrangeira obstáculo ao processamento da causa pela autoridade local.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2010

ITEM 126

No caso de uma pretensão dirigida à anulação de obrigação firmada no exterior, mas cujo cumprimento esteja previsto para ocorrer no Brasil, há, conforme o CPC, competência concorrente da autoridade judiciária brasileira e da autoridade judiciária estrangeira, sendo somente a homologação de sentença estrangeira obstáculo ao processamento da causa pela autoridade local.



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2010

ITEM 125

Afirmar que o CPC adotou a teoria da substanciação do pedido em detrimento da teoria da individuação significa dizer que, para a correta identificação do pedido, é necessário que constem da inicial os fundamentos de fato e de direito, também identificados como causa de pedir próxima e remota.

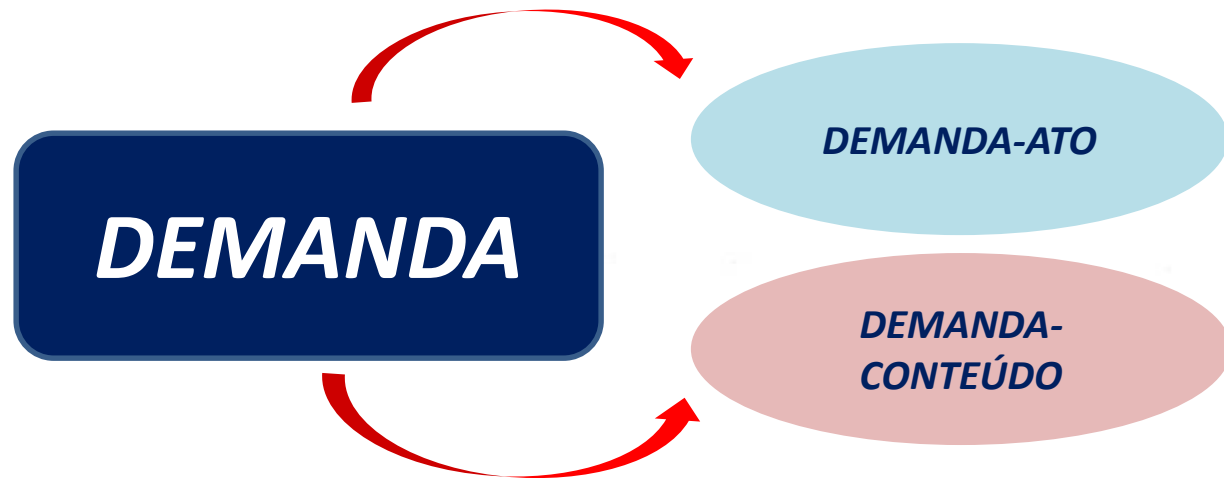




Direito de ação é o direito fundamental à obtenção de uma tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva.

“O direito de ação é um complexo de situações jurídicas”

Fredie Didier



Por meio da demanda-ato é proposta a demanda-conteúdo.

DEMANDA-CONTEÚDO



***RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO
MATERIAL POSTA SOB
APRECIAÇÃO***



CDC (Lei n. 8.078/90):

*Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará **coisa julgada**:*

*I - **erga omnes**, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;*

*II - **ultra partes**, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;*

*III - **erga omnes**, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.*

Processo RMS 38889 / RS

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2012/0173284-5

Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133)

Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento 05/12/2013 Data da Publicação/Fonte DJe 07/02/2014

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA ENTRE MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DECLARATÓRIA. PRECEDENTES.** TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS. CONCURSO DE REMOÇÃO REGIDO POR LEI POSTERIORMENTE DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO STF COM EFEITOS EX TUNC. ADI 3.522/RS. PRETENSÃO DE QUE SEJAM AFASTADOS OS EFEITOS DA CITADA ADI COM A CONSEQUENTE MANUTENÇÃO DA ORA RECORRENTE NA TITULARIDADE DO TABELIONATO (EFEITO JURÍDICO). IDENTIDADE DE CAUSA DE PEDIR E PEDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. *A tradição jusprocessualista analítica do instituto da litispendência (e da coisa julgada) apoiava-se na ocorrência da tríplice identidade elementar entre duas ações: mesmas partes, mesmo pedido e mesma causa de pedir, teoria que foi acolhida integralmente pelo CPC/73 (art. 301, § 3o.); por isso que era inaceitável a ocorrência de litispendência entre um pedido mandamental e uma ação ordinária, porquanto é óbvio que os respectivos pólos passivos são distintos.*
2. *Entretanto, esta Corte Superior, seguindo orientações doutrinárias mais recentes, entendeu que é **excepcionalmente possível** a litispendência entre mandado de segurança e ação ordinária, uma vez que tal fenômeno se caracteriza quando há identidade jurídica, ou seja, quando as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas. Precedentes do STJ. Ressalva do ponto de vista do Relator.*

ELEMENTOS DA DEMANDA:

PARTES

(ELEMENTO SUBJETIVO)

ESPÉCIES DE PARTES

- ***Parte processual***

 - Parte processual principal*

 - Parte processual auxiliar ou coadjuvante*

 - Parte processual incidental*

- ***Parte material ou parte do litígio***

- ***Parte legítima e parte ilegítima***

- ***Parte complexa e parte simples (Carnelutti)***

ELEMENTOS DA DEMANDA:

PEDIDO (OU OBJETO)

(ELEMENTO OBJETIVO)

```
graph TD; A[PEDIDO] --> B[PEDIDO IMEDIATO]; A --> C[PEDIDO MEDIATO]; B --> D[PROVIDÊNCIA JURISDICCIONAL SOLICITADA]; C --> E[BEM DA VIDA OBJETO DA DISPUTA];
```

PEDIDO

***PEDIDO
IMEDIATO***

***PROVIDÊNCIA
JURISDICCIONAL
SOLICITADA***

***PEDIDO
MEDIATO***

***BEM DA VIDA OBJETO
DA DISPUTA***

ELEMENTOS DA DEMANDA:

CAUSA DE PEDIR

(ELEMENTO OBJETIVO)

CAUSAS DE PEDIR

REMOTA

E

PRÓXIMA



FATO JURÍDICO

***FUNDAMENTO
JURÍDICO DO PEDIDO***

***ADOÇÃO DA TEORIA DA SUBSTANCIAÇÃO OU DA SUBSTANCIALIZAÇÃO
(E NÃO DA TEORIA DA INDIVIDUALIZAÇÃO)***

DIVISÃO DA CAUSA DE PEDIR

- *Causa de pedir remota*

 - Ativa*

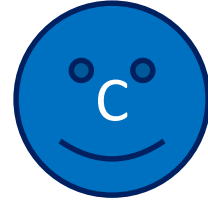
 - Passiva*

- *Causa de pedir próxima*

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2010

ITEM 125

*Afirmar que o CPC adotou a teoria da **substanciação do pedido** em detrimento da teoria da individuação significa dizer que, para a correta **identificação do pedido**, é necessário que constem da inicial os fundamentos de fato e de direito, também identificados como causa de pedir próxima e remota.*



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2010

ITEM 125

Afirmar que o CPC adotou a teoria da substanciação do pedido em detrimento da teoria da individuação significa dizer que, para a correta identificação do pedido, é necessário que constem da inicial os fundamentos de fato e de direito, também identificados como causa de pedir próxima e remota.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 110

A sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pela fazenda pública somente produzirá efeitos após o reexame necessário pelo tribunal competente.

CPC-1973:

Art. 475. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).

§ 1º *Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los.*

§ 2º *Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.*

§ 3º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.*

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE ERRO MATERIAL APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE. MÉRITO RECURSAL TRANSITADO EM JULGADO PARA A FAZENDA PÚBLICA QUE NÃO APELOU DA SENTENÇA PROFERIDA NOS EMBARGOS DO DEVEDOR. **INEXISTÊNCIA DE REEXAME NECESSÁRIO**. ART. 475, II, DO CPC.

1. (...)

2. O especial inconformismo fazendário sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a matéria de mérito nele tratada já se encontrava transitada em julgado pela ausência de apelação da Fazenda Nacional embargante. A manifestação do Tribunal de origem, em relação aos pontos depois versados no especial da Fazenda, deu-se apenas em caráter obiter dictum.

3. **"A sentença que rejeita ou julga improcedentes os embargos à execução opostos pela Fazenda Pública não está sujeita ao reexame necessário (art. 475, II, do CPC)."** (AgRg no REsp 1.011.409/RJ, Rel.^a Ministra Marilza Maynard, Sexta Turma, DJe 28.02.2014).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 89.520/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 15/08/2014)

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 110

A sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pela fazenda pública somente produzirá efeitos após o reexame necessário pelo tribunal competente.



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 110

A sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pela fazenda pública somente produzirá efeitos após o reexame necessário pelo tribunal competente.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 111

Considere que, em fase de execução de sentença, apresentados os cálculos pelo exequente, a fazenda pública tenha se insurgido por meio de embargos apenas contra parte do valor. Nesse caso, entende o STF que é constitucional a expedição de precatório relativo à parte pela qual houve concordância.

CPC-1973:

Da Execução Contra a Fazenda Pública

Art. 730. *Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:*

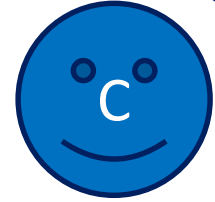
- I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;*
- II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.*

Art. 731. *Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal, que expediu a ordem, poderá, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito.*

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 111

Considere que, em fase de execução de sentença, apresentados os cálculos pelo exequente, a fazenda pública tenha se insurgido por meio de embargos apenas contra parte do valor. Nesse caso, entende o STF que é constitucional a expedição de precatório relativo à parte pela qual houve concordância.



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 111

Considere que, em fase de execução de sentença, apresentados os cálculos pelo exequente, a fazenda pública tenha se insurgido por meio de embargos apenas contra parte do valor. Nesse caso, entende o STF que é constitucional a expedição de precatório relativo à parte pela qual houve concordância.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 117

O MP foi comunicado do proferimento de sentença em processo no qual as partes estariam em conluio para obter efeito vedado por lei. Após a análise dos autos e estando o MP ciente do trânsito em julgado da decisão, o parquet propôs ação rescisória, com o propósito de obter a rescisão da sentença e o novo julgamento da causa.

117. *Em razão do vício apontado como fundamento da rescisória, não será possível ao tribunal julgar totalmente procedente o pedido, dada a inviabilidade do juízo rescisório.*

COLUSÃO ENTRE AS PARTES

CPC-1973:

Art. 129. *Convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que **autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei**, o juiz proferirá sentença que obste aos objetivos das partes.*

CPC-1973:

Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

(...)

*III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de **colusão** entre as partes, a fim de fraudar a lei;*

**COLUSÃO ENTRE
AS PARTES:
LEGITIMIDADE
DO MP**

A DEMANDA RESCISÓRIA E OS SEUS TRÊS JUÍZOS:

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: tem por objeto a verificação a respeito do atendimento das exigências formais para que a demanda seja proposta.

JUÍZO RESCINDENTE (“JUDITIUM RESCINDENS”): tem por objeto a verificação quanto a se o caso é de desconstituição da decisão de mérito

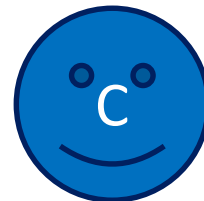
JUÍZO RESCISÓRIO (“JUDITIUM RESCISSORIUM”): tem por objeto o novo julgamento da causa, na hipótese de ter havido desconstituição da decisão de mérito e de o caso comportar novo julgamento.

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 117

*O MP foi comunicado do proferimento de sentença em processo no qual as partes estariam em conluio para obter efeito vedado por lei. Após a análise dos autos e estando o MP ciente do trânsito em julgado da decisão, o parquet propôs ação rescisória, com o propósito de obter a rescisão da sentença **e o novo julgamento da causa.***

117. *Em razão do vício apontado como fundamento da rescisória, não será possível ao tribunal julgar totalmente procedente o pedido, dada a inviabilidade do juízo rescisório.*



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 117

O MP foi comunicado do proferimento de sentença em processo no qual as partes estariam em conluio para obter efeito vedado por lei. Após a análise dos autos e estando o MP ciente do trânsito em julgado da decisão, o parquet propôs ação rescisória, com o propósito de obter a rescisão da sentença e o novo julgamento da causa.

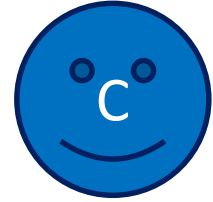
117. *Em razão do vício apontado como fundamento da rescisória, não será possível ao tribunal julgar totalmente procedente o pedido, dada a inviabilidade do juízo rescisório.*

CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 118

O MP foi comunicado do proferimento de sentença em processo no qual as partes estariam em conluio para obter efeito vedado por lei. Após a análise dos autos e estando o MP ciente do trânsito em julgado da decisão, o parquet propôs ação rescisória, com o propósito de obter a rescisão da sentença e o novo julgamento da causa.

118. *Não existe vício atinente à legitimidade do MP para propor a rescisória, até porque se trata de suposta colusão das partes.*



CONCURSO PARA ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) – CESPE - 2012

ITEM 118

O MP foi comunicado do proferimento de sentença em processo no qual as partes estariam em conluio para obter efeito vedado por lei. Após a análise dos autos e estando o MP ciente do trânsito em julgado da decisão, o parquet propôs ação rescisória, com o propósito de obter a rescisão da sentença e o novo julgamento da causa.

118. *Não existe vício atinente à legitimidade do MP para propor a rescisória, até porque se trata de suposta colusão das partes.*